

A MULHER NA IDADE MÉDIA: a metamorfose de um status

Itamar de Sousa¹

Resumo

Aborda a metamorfose do status da mulher na Idade Média, passando da concepção de ser desprezível e perigoso, para o status de ser capaz de praticar grandes virtudes humanas e cristãs. Aborda também o papel que a Igreja Católica desempenhou nesta mudança.

Palavras-Chave: Idade Média. Mudança de status. Mulher. Canonização. Vida religiosa. Educação. Matrimônio. Trabalho fora do lar.

1 INTRODUÇÃO

Desde que os filósofos iluministas franceses (séc. XVIII) tacharam a Idade Média de “Idade das Trevas”, que se tornou habitual se pensar que tudo foi negativo nesta quadra da história do mundo ocidental. Não resta dúvida, que foi um período histórico (séc. V–XV) marcado por vários contrastes, como aconteceu com as outras fases da história humana.

É a época em que a humanidade, impelida pela força espiritual da Igreja Católica, procurou viver de maneira apaixonada os valores transcendentais do cristianismo; isto ficou evidenciado na reflexão filosófica (foi quando a metafísica alcançou o seu esplendor), na “fuga do mundo” através do monasticismo, na arte gótica, na literatura, assim como na busca da santidade através de uma vida consagrada a Deus. Por outro lado, foi um período de intolerância, no qual a inquisição procurou controlar o pensamento e a cultura, negando aos indivíduos a liberdade de pensar diferentemente.

À semelhança da antiguidade greco-romana, a Idade Média foi também uma época dominada pelos homens: senhores feudais, cavaleiros, padres e monges. Dissemos predominantemente, mas não exclusivamente, porque neste período histórico, algumas mulheres exerceram importantes funções fora do lar, sendo abadessas, rainhas e dirigentes empresariais.

¹Sociólogo pela USP, Escritor, Historiador e Professor Universitário da FARN.

Muitas conquistaram o difícil status de santas canonizadas pela Igreja Católica. Não obstante estes casos, a regra dominante na Idade Média, era a mulher ser uma criatura submissa e dependente do pai e do marido, e juridicamente tutelada.

Neste artigo, pretendemos abordar as metamorfoses da concepção da mulher na Idade Média, assim como destacar os papéis que ela desempenhou na educação, no matrimônio e no trabalho fora do lar.

2 MUDANÇA DE UM STATUS

Ao longo da Idade Média, houve uma metamorfose na concepção da mulher.

Apesar de Jesus Cristo ter valorizado as mulheres, contrariando assim a tradição judaica, muitos de seus seguidores manifestaram uma visão diferente a respeito do sexo feminino.

São Paulo, na primeira Carta aos Coríntios, 14, 34-35 diz que: “As mulheres devem calar na assembleia, pois não lhes é permitido falar...” Na primeira Carta a Timóteo 2, 11-14, ele repete e amplia o seu pensamento discriminador:

A mulher deve aprender em silêncio e ser submissa – Não admitido que a mulher dê lições ou ordens ao homem. Esteja calada, pois, Adão foi criado primeiro e Eva depois. Adão não do seduzido; a mulher foi seduzida e cometeu a transgressão. (BÍBLIA..., 2002, p. 1761).

Alguns Padres da Patrística – Tertuliano, Santo Ambrósio, São Jerônimo e Santo Agostinho – viram a mulher como um ser inferior ao homem.

O antifeminismo de Tertuliano (160-225) foi o mais radical:

Tu deverias usar sempre o luto, estar coberta de andrajos e mergulhada na penitência, a fim de compensar a culpa de ter trazido a perdição ao gênero humano. Mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina. (DELUMEAU, 1989, p. 316)

Esta mentalidade discriminadora da antiguidade cristã perpassou grande parte do período medieval. Por isso, nos séculos X e XI, a encontramos repetida por alguns prelados. Assim, Godofredo, Bispo de Vandoma, falecido em 1132, dizia que:

Este sexo envenenou o nosso primeiro pai, que era também o seu marido e pai, estrangulou João Batista, entregou o corajoso Sansão à morte. De certa maneira, também, matou o Salvador, por que, se a sua falta o não tivesse exigido, o nosso Salvador não teria tido necessidade de morrer. Desgraçado sexo em que não há nem temor, nem bondade, nem amizade e que é mais de temer quando é amado do que quando é odiado. (DALARUM, 1993, p. 34-38).

Por sua vez, Marbode, Bispo de Rennes falecido em 1123, considerava a mulher como “A pior das armadilhas preparadas pelo inimigo”, “A raiz do mal, fruto de todos os vícios.” (DALARU, 1993, p.34-38).

Apesar desta mentalidade, o século XIII assinala o surgimento de uma corrente de pensamento bem positivo em relação às mulheres.

A corrente intelectual de valorização da mulher foi elaborada pelos teólogos João Duns Escoto, Alberto Magno, Tomás de Aquino, quando eles desenvolveram os fundamentos do culto de veneração à Virgem Mãe de Deus. Então, Maria foi apresentada à cristandade como a Nova Eva, escolhida por Deus para ser a mãe do seu Filho, o nosso Salvador. Sendo assim, nesta perspectiva teológica, a mulher deixou de ser vista como a “encarnação do mal” para ser considerada como um ser humano, criado também por Deus, e capaz de adquirir grandes virtudes. O culto mariano valorizou a virgindade como uma forma de consagração a Deus. Esta visão da mulher, a partir de Maria, sensibilizou milhares de jovens de todas as camadas sociais, que ingressaram nas instituições religiosas católicas. Aí, através do trabalho dedicado aos pobres e da oração contemplativa, elas testemunharam os valores transcendentais da religião cristã e conquistaram a glória dos altares.

Através de pesquisa que realizamos em fontes seguras e eruditas, ao longo da Idade Média, foram canonizadas 460 mulheres pertencentes a cerca de vinte nações. O quadro, a seguir, mostra as nacionalidades destas santas medievais com os respectivos percentuais.

NACIONALIDADE	Nº	%
Italianas	117	25,43
Francesas	83	18,04
Alemãs	65	14,13
Inglesas	56	12,18
Sem identificações	47	10,21
Espanholas	20	4,34
Irlandesas	14	3,04
Húngaras	10	2,18
Portuguesas	10	2,18
Orientais	8	1,73
Belgas	7	1,52
Escocesas	5	-1,1
Holandesas	5	-1,1
Polonesas	4	0,88
Gregas	3	0,66
Suiças	2	0,43
Suecas	2	0,43
Escandinavas	1	0,21
Prussianas	1	0,21
TOTAL	460	100

QUADRO 1: NACIONALIDADES DAS SANTAS MEDIEVAIS

Fontes: OLIVEIRA, Américo Lopes, 1981

SGARBOSSA, Mário, 2003.

Neste quadro, podemos observar que a Itália teve o maior número de santas, seguida pela França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e outros países europeus de menor expressão.

Quanto à condição social de cada santa, concluímos o seguinte: 122 (26,52%) pertenciam à nobreza; 17 (3,69%) eram camponesas e operárias; 100 (21,73%) foram abadessas, isto é, dirigentes de abadias; 63 (13,69%) ingressaram na vida religiosa depois que enviuvaram; 31 (6,73%) eram virgens e, por último 25 (5,43%) foram martirizadas, isto é, testemunharam a sua fé cristã com a própria vida.

Entre as mulheres da Idade Média que exerceram importantes papéis nas instituições religiosas católicas, não podemos esquecer Brígida (1303-1373), nascida na Suécia. Do seu casamento com o nobre Ulf Gudmarsson, nasceram oito filhos. Quando os filhos se tornaram adultos, ela e o esposo ingressaram na vida

religiosa. Apoiada pelo rei da Suécia, Brígida fundou um mosteiro duplo, reunindo homens e mulheres, os quais só se viam nas horas de oração em comum. Esta ordem religiosa, chamada do santíssimo Salvador, espalhou-se em toda a Europa através de 78 mosteiros. Brígida foi proclamada santa, pela Igreja Católica, em 1391. É a Padroeira da Suécia. (SGARBOSSA; GIOVANNINI, 1983, p. 231-232).

Outro fato que comprova a valorização da mulher dentro da Igreja foi a iniciativa tomada pelo anacoreta e pregador Roberto de Arbrissel. Em Fontevraud (1100-1101), ele fundou três mosteiros: dois femininos e um masculino, destinados a amparar os leprosos. Para dirigir estas instituições, ele nomeou a nobre dama Petronilla de Chemillé, com autoridade, inclusive, sobre o mosteiro masculino. Esta ordem espalhou-se pela França, Espanha e Inglaterra. Desapareceu com a revolução francesa. (VILLOSLADA, 1958, p. 764).

Observaram os historiadores Knowles e Obolensky que, no final da Idade Média, “tornou-se normal” que toda Ordem religiosa masculina tivesse também uma congênera feminina. (KNOWLES; OBOLENSKY, 1983, p. 475).

É oportuno salientar que a mulher medieval teve outras alternativas de vida fora das instituições eclesásticas. Uma delas era participar do movimento das beguinas, surgido na Bélgica, no século XIII, e que se prolongou até o século XV. Seu nome originou-se de Robert Le Bègue, pregador de Liège. As beguinas eram mulheres solteironas ou viúvas das camadas superiores da sociedade medieval que formavam comunidades filantrópicas, que davam assistência aos excluídos, aos leprosos e aos pobres. Segundo o historiador José Rivair Macedo, elas eram vistas com desconfiança pela Igreja, que procurou integrá-las às ordens dos Franciscanos e dos Dominicanos. As que resistiram a esta integração “foram consideradas hereges e, por isso, excomungadas, isto é, excluídas do seio da cristandade.” (MACEDO, 2002, p. 49-50).

Além disso, não podemos olvidar as prostitutas, as mulheres públicas, donas de “casarão” que viveram suas vidas bem distantes daquela espiritualidade medieval, negadora dos prazeres corporais.

3 O MATRIMÔNIO

Por outro lado, concomitantemente, a Igreja foi desenvolvendo a doutrina do matrimônio cristão. Ainda no final da antiguidade cristã, Santo Agostinho (354 – 430), Bispo de Hipona, vislumbrava no casamento um tríptico bem: a geração de espécie humana, a fidelidade entre os nubentes e a indissolubilidade da união, que é o sacramento: **proles, fides, sacramentum**. (GAUDEMET, 1987, p. 55). Esta

doutrina foi confirmada pelos Papas, nos séculos posteriores.

Do século VI ao X, a Igreja Católica lutou para modelar a sociedade medieval de acordo com a doutrina cristã do casamento.

O concílio de Florença (1431 – 1445) corroborou as decisões pontifícias assumidas anteriormente sobre o matrimônio como sacramento. Teologicamente, a união entre o homem e a mulher simboliza a união indestrutível entre Cristo e a sua Igreja, conforme a doutrina de São Paulo, em Efésios 5, 52.

É escusado dizer que estas determinações conciliares contribuíram para disciplinar a sociedade medieval e elevaram a dignidade da mulher como pessoa humana.

Entretanto, na prática, não foram suficientes para mudar juridicamente a posição da mulher casada na sociedade medieval, que continua sendo subordinada ao marido.

Verdade é que o enlace matrimonial obedecia a interesses econômicos e sociais. Assim, entre as camadas sociais de nível mais elevado, os nubentes não tinham vontade própria, isto é, direito de escolha. Nestes segmentos sociais, a realização de uma união conjugal obedecia a um plano estratégico, cuja finalidade era preservar ou ampliar o patrimônio familiar. Por isso, afirma Hufton que os contratos de casamento dos filhos eram considerados como “os negócios mais importantes que a família tinha de resolver.” (HUFTON, 1993, p. 25).

Mesmo assim, as mulheres mais ousadas contrapunham-se a estes “arranjos matrimoniais”, agindo de duas maneiras: recorrendo à autoridade eclesiástica para anular o casamento, ou então, fazendo o voto de castidade e ingressando num convento, onde consagravam a sua vida a Deus.

Mas, nas camadas sociais populares, elas tinham mais liberdade de escolher o seu parceiro.

No século XIV, quando a Igreja Católica já possuía o monopólio jurídico sobre o matrimônio, o Direito Canônico fixou a idade mínima para o casamento: 12 anos para a moça e 14 anos para o rapaz. Quando a filha se casava, o pai não tinha mais responsabilidade legal sobre ela. Ela passava a viver sob a responsabilidade do marido. Para ajudá-lo, a mulher trazia um dote, que podia ser em dinheiro ou em bens imóveis. A administração do dote era da exclusiva responsabilidade do marido. Este procedimento era um velho costume que deita suas raízes na

antiguidade greco-romana.

Se, por um lado, o dote conferia estabilidade econômica ao novo casal, por outro lado, empobrecia as famílias mais ricas e numerosas.

À semelhança do que acontece na antiguidade romana, a mulher continua sendo tutelada na Idade Média. Verdade é que, quase toda a legislação dos séculos XIII e XV reconhecia a incapacidade jurídica das mulheres.

Segundo Optiz,

Os direitos gentílicos, por exemplo, excluíam a mulher de todos os acontecimentos públicos. Não podia aparecer em pessoa perante um tribunal, tendo de se fazer substituir por um homem, o seu “tutor”. Entre as mulheres solteiras, o tutor era, por norma, o pai; entre as casadas, o marido. Por morte destes, a tutela recaía no parente masculino mais próximo pertencente à família do pai. Além do direito de representar a sua pupila em tribunal, o tutor possuía também o direito de dispor e de usufruir da fortuna desta, o direito de a castigar – que em casos extremos podia incluir a morte –, o direito de a dar em casamento, como entendesse, e mesmo o direito de a vender. (OPTIZ, 1993, p. 356).

Acrescenta a referida autora que, no final da Idade Média, em algumas regiões da Europa, esta tutela jurídica ficou mais branda.

4 A EDUCAÇÃO

No campo educacional, a Igreja Católica desenvolveu um papel importantíssimo. Cessadas as perseguições do império romano aos cristãos, a Igreja começou a organizar escolas paroquiais, onde eram ministrados os rudimentos da doutrina cristã e da cultura laica. Com o apoio do Imperador Constantino (306 – 338), ela conquistou a necessária liberdade de ação para levar avante a expansão do cristianismo.

Após a queda do império romano, ocorrida no ano 476, a Igreja iniciou a instalação das escolas monásticas e, mais tarde, das episcopais, chamadas também de catedralícias, pelo fato de funcionarem à sombra de uma catedral. Por isso, a Igreja foi cognominada de “educadora do ocidente europeu.” (LLORCA; VILLOSLADA; MONTALBA, 1958, p. 299).

Nestas escolas, sem menosprezar a cultura clássica greco-romana, ela fez do estudo da Sagrada Escritura e dos autores da Patrística, o ponto central do seu conteúdo programático.

Na educação da população medieval, todos os estudiosos atribuem aos monges um papel extraordinário. O movimento religioso – ascético, chamado de monasticismo, originou-se no Egito, no século III. No século seguinte, graças à divulgação da literatura monástica, este movimento chegou ao ocidente, onde teve grande aceitação entre os cristãos daquela época. Do século V ao X, a Europa assistiu a uma extraordinária proliferação de mosteiros masculinos e femininos, funcionando separadamente. Todavia, graças à iniciativa de São Columbano (543 – 615), monge Irlandês, surgiram os mosteiros duplos, agregando homens e mulheres.

É importante ressaltar que os mosteiros femininos eram povoados por mulheres nobres, que eram abandonadas pelos maridos, ou que enviuvavam, ou que se rebelavam contra a opressão da família. Outras, ainda jovens, obedientes aos pais, se consagravam a Deus.

A proteção a estas mongas era muito rigorosa. Verdade é que, segundo Wemple,

Os homens que eram encontrados nos mosteiros femininos, se fossem leigos, deviam ser excomungados; se fossem clérigos, eram privados do seu múnus e encerrados num mosteiro masculino; e os mongas culpados deviam ser submetidos a orações e jejum por causa do pecado cometido. (WEMPLE, 1993, p. 249).

Cada mosteiro era, ao mesmo tempo, um centro religioso e um centro cultural. Funcionavam aí dois tipos de escolas: uma **interior**, destinada aos oblatas e aos monges jovens, que tinham como professores, os monges mais velhos; e uma **escola exterior**, voltada para a educação religiosa e literária das crianças e dos jovens dos arredores do mosteiro.

Todas as regras monásticas determinavam que os mongas deviam saber ler e escrever. Por isso, encontramos, na Idade Média, freiras copistas, escritoras e bibliotecárias. Algumas se destacaram como intelectuais, escrevendo biografias de santos.

Segundo Wemple,

No século X, uma cônica alemã tornou-se famosa pela publicação de obras clássicas da literatura devocional e secular. Era Hrotsvita de Gandersheim, uma autora prolífica e talentosa tanto em prosa como em poesia. Redigiu peças, lendas, poemas épicos. (WEMPLE, 1993, p. 264).

Por sua vez, as **escolas episcopais**, chamadas também de catedralícias, foram outro tipo de educandário eclesiástico de grande importância. Sua finalidade era formar os clérigos e leigos de famílias nobres. Estas escolas surgiram no século VIII e a sua organização era semelhante à das escolas monásticas.

Os dirigentes destas escolas, tanto das monásticas quanto das episcopais, foram obrigados a construir grandes bibliotecas para atenderem aos seus alunos. Isto ensejou o aparecimento deste aforismo: “*Clanstrum sine armário quase castrum sine armamentario*” (Mosteiro sem biblioteca é como se fosse um quartel sem armamento). (LLORCA; VILLOSLADA; MONTALBAN, 1958, p. 305, tradução nossa).

Ao fazer esta ligeira retrospectiva da educação medieval, não podemos olvidar as iniciativas leigas, sobretudo, de Carlos Magno (742 – 814), o Imperador dos francos.

Para suprir as deficiências da educação eclesiástica, ele ordenou

Que se criassem escolas em todas as paróquias, e onde as crianças pudessem aprender a ler. Por outro lado, ordenou aos senhores feudais que todos mandassem os filhos à escola para estudar as letras e que o menino permanecesse na escola até ser instruído nelas. Ao mesmo tempo, buscou em Roma mestres para as escolas e instituiu funcionários [...] para servir de inspetores. (LUZURIAGA, 1987, p. 82).

É importante deixar bem claro que as iniciativas educacionais – particulares e eclesiásticas – não beneficiavam todas as camadas sociais. Mas, ao contrário, o acesso ao ensino formal privilegiou o elemento masculino pertencente à nobreza e ao clero. O elemento feminino recebia, primeiro, uma educação elementar em casa e, depois, tinha acesso às escolas paroquiais ou aos conventos femininos.

Colocando à parte, a polêmica sobre a origem das universidades na Idade Média, é ponto pacífico que elas surgiram de iniciativas eclesiásticas e particulares, entre os séculos XII e XIII; a palavra “*universitas*” significava, de início, corporação de mestres e alunos. Depois, passou a significar “*studium general*” (estudo geral). Somente depois do século XV, ela adquiriu o sentido atual, isto é, aglomerado de faculdades ensinando todas as ciências.

Segundo Llorca; Villorlada; Montalban (1958, p. 920), na Idade Média,

Toda instituição universitária tinha caráter universal em dois sentidos:

enquanto admitia estudantes e professores de todas as nações, e enquanto dava títulos válidos universalmente, de tal sorte que quem recebia, numa universidade, a **licentia docendi**, podia, sem mais nenhum requisito, ensinar qualquer universidade do mundo. (Grifo dos autores)

A maior parte das universidades mais antigas da Europa surgiu ao longo dos séculos XII e XIII, tais como Bolonha, Paris, Montpellier, Salerno, Cambridge, Salamanca, Coimbra, Pádua e Nápoles.

Segundo Little (2002, p. 238), as escolas episcopais e as universidades constituíam um território “estritamente proibido às mulheres”.

Pelo menos no que se refere às universidades, esta afirmativa não é válida. Pois, segundo Sullerot (1970, p.110),

Na Idade Média, algumas universidades, e, muito particularmente, a universidade de Bolonha, tinham admitido, do século XII ao século XVII, algumas mulheres, e chegaram a oferecer cátedras de direito a diplomadas femininas como, por exemplo, Magdalena Buonsingnori, Betina Calderini e Bettista Gozzadini. Este liberalismo, contudo, fora esmagado pelo desenvolvimento da burguesia pré-capitalista do século XVII, que [...] foi o século dos grandes triunfos masculinos. A partir de então, a carreira de advogado foi vedada às mulheres, mesmo o ensino ou o estudo do direito.

Por causa da proibição ou das dificuldades de acesso do elemento feminino às universidades, as mulheres nobres, que quisessem adquirir um elevado nível de cultura, contratavam mestres particulares. O famoso “romance” entre o filósofo Abelardo e a jovem estudante Heloísa ilustra bem esta educação ministrada em casa. Abelardo foi contratado pelo cônego Fulbert, tio de Heloísa, para instruí-la em casa. (LE GOFF, 1995, p. 39 – 42).

Por conseguinte, foi por causa deste costume da nobreza e da burguesia, de contratar professores em casa, que encontramos, na Idade Média, mulheres admiravelmente cultas.

A título de ilustração, Wemple cita **Amalasunta**, filha de Teodorico, o grande, rei ostrogodo da Itália; **Euquéria**, esposa do governador de Marselha, e **Duoda**, mulher de Bernardo de Septimânia, que instruiu o seu filho mais velho. (WEMPLE, 1993, p. 261)

Nesta galeria de mulheres eruditas, não podemos deixar de lembrar **Ana Comnena** (1083 – 1148), princesa bizantina e filha de Aleixo I Comneno. **Alexiada**

é o título da biografia do seu pai, escrita por ela.

Semelhante papel de destaque, teve igualmente **Cristina de Pisa** (1364 – 1430) tida como “destacada poetisa francesa”. (LOYN, 1997, p. 21;108)

Não obstante o valor cultural destas ilustres mulheres, elas, juntamente com as monjas inteligentes e eruditas, constituíram nobres exceções num mundo dominado predominantemente pelos homens.

Por último, lembramos Hildegarda de Bingen (1098-1179), mulher erudita e inteligente. Deixou escritos variados, inclusive o tratado Causae et Curae (causa e cura) que nos dá um retrato bem rico sobre a medicina medieval. (MACEDO, 2002, p. 87).

5 O TRABALHO

A dignidade que se atribui atualmente ao trabalho fora de casa é uma conquista dos tempos modernos, sobretudo a partir da revolução industrial (séc. XVIII). Ao contrário, na Idade Média, trabalhar, principalmente com as mãos, era uma atividade reservada aos servos. Por isso, não conferia honra nem dignidade a ninguém. O trabalho era visto com desdém e, muitas vezes, como uma maldição. Mesmo assim, as mulheres trabalhavam fora de casa em diversas atividades, ajudando aos homens no sustento de suas famílias.

Na agricultura, que era a base da economia medieval, a presença da mulher foi uma constante ao lado do homem.

Segundo Le Goff (2002, p. 566),

A mulher não sobe, cumpre sua parte no trabalho medieval. No campo como testemunham as pinturas e esculturas dos trabalhos dos meses do ano, a camponesa não exerce as atividades de produção reservadas ao homem (sementeiras, lavra, corte de árvores), mas é sua auxiliar nos trabalhos de ceifa, colheita, vindima, e seu principal papel reside na transformação das matérias primas oriundas da criação de animais (fiação, tecelagem).

Nas cidades, o mundo do trabalho era organizado em guildas, confrarias, corporações, companhias e comunas. Em todas elas, a mulher estava presente. Nas guildas, onde havia juramento mútuo e hierarquia, uniam-se os mestres, os aprendizes e os assalariados. Segundo o Oexle, na alta Idade Média, “essas guildas reuniam leigos e eclesiásticos, homens e mulheres, e substituíam as estruturas sociais do Vilarejo, da paróquia e do senhorio.” (OEXLE, 2002, p. 493).

A divisão do trabalho em atividades masculinas e femininas já era bem patente no século XVIII. O testemunho de Etienne Boileau, na sua obra *Livre des Metirs* – é muito significativo, em 1268, ele registrou a existência, em Paris, de 130 profissões. (LE GOFF, 2002, p. 564).

Boileau classificou como “femininas”, as profissões de que a matéria-prima, era a seda ou o ouro: fiadoras, tecedeira de seda e de couro, fabricantes de chapéus de ouro, tecedeiras de chapéus de seda, batedoras de ouro, etc. (SULLÉROT, 1970, p. 51).

Assinala Évelyne Sullérot, socióloga estudiosa da inserção da mulher no mercado de trabalho que quase todas as profissões foram acessíveis às mulheres, nos séculos X, XI, XII, XIII, e XIV. Depois nasceram novas dificuldades. (SULLÉROT, 1970, p. 54).

A partir do século XIII, apenas duas profissões continuam verdadeiramente ilícitas: a das prostitutas e a dos jovens comediantes. (LE GOFF, 2002, p. 569).

6 CONCLUSÃO

Estudar a situação da mulher na Idade Média é uma tarefa bastante árdua, devido à heterogeneidade das informações e à amplitude do período, isto é, quase um milênio. Propusemo-nos a mostrar a metamorfose do status feminino que, embora parcial, realmente aconteceu. De ser perigoso, desprezível e diabólico, a mulher passou a ser considerada como dotada de talento, de criatividade e capaz de praticar grandes virtudes humanas e cristãs. Verdade é que, numa época que os valores transcendentais do cristianismo estavam no auge, milhares de mulheres inspiradas no modelo de Maria, a Mãe de Deus, levaram uma vida santa, nos conventos e dedicaram os seus preciosos dias em cuidar dos pobres, dos doentes, enfim dos excluídos. Deus e o ser humano pareciam seres contíguos. Este foi o ethos predominante da cultura medieval, vivenciado por grande parte da sociedade. Todavia, a liberdade individual impediu outros segmentos sociais a buscarem outras alternativas e vida.

Vimos que, com exceção da Itália, nos demais países da Europa, as mulheres da Idade Média não tiveram acesso ao ensino universitário. Esta barreira contribuiu muito para impedir a sua ascensão social e, por outro lado, concorreu fortemente para mantê-las no exercício de atividades de menor importância e prestígio social. Só romperam estas barreiras aquelas mulheres ricas que tinham

condições financeiras de contratar professores que vinham ministrar aulas nas suas próprias casas. Mas, estas constituíram nobres exceções.

Do ponto de vista jurídico, a mulher medieval continuou duplamente tutelada: primeiro, pelo seu genitor; segundo, após o casamento, pelo poder marital. Esta situação de controle e de submissão só começou a mudar a partir do século XVIII, quando os movimentos feministas se expandiram e se fortaleceram, reivindicando igualdade de direitos entre homens e mulheres. *C'est fini!*

REFERÊNCIAS

BÍBLIA Sagrada. Tradução Monges Mamedsons. 149.ed. São Paulo: Ave Maria, 2002.

DALARUM, Jacques. Olhares de clérigos. In: KLAPISCH – LUBER, Christiane. **História das mulheres no ocidente: a média.** Porto: Afrontamento, 1993, 2v.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300 – 1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GAUDEMET, Jean. **Le mariage en occident.** Paris: Les Éditions du Cerf, 1987.

HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DAVIS, Natalie Zenon; FARGE, Aríete (sob a direção). **História das mulheres no ocidente.** Porto: Afrontamento, 1993, 3v.

KNOWLES, D; OBOLENSKY, D. **Nova história da Igreja: Idade Média.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983, 2v.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LE GOFF, Jacques. Trabalho. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático o ocidente medieval.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2v.

LITTLE, Lester K. Monges e religiosos. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário do ocidente medieval.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 2v.

LLORCA, B.; VILLOSLADA, R. Garcia; MONTALBAN, F. J. **História de la iglesia católica: idade média (800 – 1303).** Madri: La Editorial Católica, 1958, 2v.

LOYN, H. R. (Org.). **Dicionário da idade média.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 17.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

OEXEL, Otto Gerhard. Guilda. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente mevel**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 1v.

OLIVEIRA, Américo Lopes. **Dicionário de mulheres célebres**. Porto: Lello & Irmãos, 1981.

OPTIZ, Claudia. O quotidiano da mulher no final da idade média (1225 – 1500). In: KLAPISCH – ZUBER, Christiane. **Histórias das mulheres no ocidente: a idade média**. Porto: Afrontamento, 1993, 2v.

SGARBOSSA, Mario. **Os santos e beatos da igreja do ocidente e do oriente**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SGARBOSSA, Mario; GIOVANNINI, Luigi. **Um santo para cada dia**. 8.ed. São Paulo: Paulus, 1983.

SULLÉROT, Évelyne. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

WEMPLE, Suzanne Foney. As mulheres do século V ao século X. In: KLAPISCH – ZUBER, Christiane. **História das mulheres no ocidente: a idade média**. Porto: Anfrontamento, 1993, 2v.

Abstract

THE WOMAN IN THE MIDDLE AGE: the metamorphosis of a status

An approach about the woman's status' metamorphosis in the Middle Age, that went from worthless and dangerous to the status of being able to achieve great human and Christian virtues. It also talks about the role the Catholic Church had in this change.

Key words: Middle Age. Status Change. Woman. Canonization. Religious Life. Education. Marriage. Work Outside Home.

